

Percepções da Representação brasileira mediante as relações entre Angola/União Soviética: coesão ideológica ou interesses econômicos?

José Francisco dos Santos¹
Andréa Pires Rocha²

Resumo:

O artigo traz as percepções da Representação Brasileira em Angola a respeito dos conflitos internos no contexto do processo de libertação do país, por meio da análise de documentos inéditos do Itamaraty. Demonstramos que o principal interesse da presença brasileira em Angola se mostrava na intenção de se estabelecerem negócios e empreendimentos brasileiros no país. Refletimos que mesmo em meio à guerra fria, na qual Angola se situava no bloco que recebia apoio dos “socialistas”, o Brasil reconheceu a nova nação em função de determinantes muito mais econômicos que ideológicos.

Palavras-chave: Libertação de Angola; União Soviética; Representação brasileira em Angola; relação Brasil – Angola; ideologia.

Perceptions of Brazilian Representation before Angola/Soviet Union relation: ideological cohesion or economic interests?

Abstract:

The article brings the perceptions of the Brazilian Representation in Angola regarding the internal conflicts in the context of the liberation process of the country, through unpublished Itamaraty documents. We demonstrated that the main interest of the Brazilian presence in Angola was in the intention of establishing Brazilian business and enterprises in the country. We reflect that even in the middle of the Cold War, in which Angola was located in the block that received the support of the "socialists", Brazil, recognizes the new nation in function of determinants much more economic than ideological.

Key words: Liberation of Angola; USSR; Brazilian representation in Angola; Brazil - Angola relationship; ideology

Apresentação

O presente artigo decorre de discussões desenvolvidas na tese de doutorado *Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da guerra fria* (SANTOS, 2015), que historiciza o relacionamento entre Brasil e Angola no período contemporâneo, pautando-se especialmente em análises

¹ Professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob).

² Professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

de relatórios inéditos do Itamaraty dos anos de 1974-75, provenientes da então recente Representação brasileira em Angola. Os documentos analisados são telegramas enviados pela Representação Brasileira em Angola, que tinha o embaixador Ovídio Andrade de Melo à frente, registrando as relações estabelecidas entre Brasil e Angola neste período e as percepções diante dos conflitos internos de Angola.

Os documentos também demonstram as expectativas brasileiras em relação a possibilidades de ocupar o lugar de Portugal no que se refere à constituição do estado angolano e às relações necessárias com o capitalismo internacional. Portanto, a categoria central de análise deste artigo é a da ideologia, por coadunarmos com a afirmação de Marx e Engels segundo a qual a “produção de ideias, de representações da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio espiritual dos homens, com a linguagem de vida real” (1996, p. 36). É no modo de produção material que os homens produzem ideias e representações e estas, por sua vez, são utilizadas para o fortalecimento da ordem capitalista. Também situamos a chamada guerra fria, que estabelecia o conflito direto de base ideológica com vistas à disputa pela manutenção da ascendência do modo de produção capitalista em contraponto às possibilidades de expansão da proposta socialista.

Nesse sentido, faz-se essencial considerarmos a importância do resgate histórico e o fato de que, para Eric Hobsbawm (1995), o século XX pode ser adjetivado como “breve”, pois teria se iniciado com a I Guerra Mundial (1914-18) e terminado com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. O autor afirma que, neste período curto da História, o mundo se transformou de maneira abrupta, suscitando mudanças estruturais mais rápidas, inclusive, do que aquelas ocorridas na época da Revolução Industrial.

Aconteceram, então, transformações significativas nas estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais do mundo. Nesse “breve século XX”, marcado por duas guerras mundiais, a Revolução Russa estava ligada inexoravelmente não só às guerras, mas, principalmente, a um desejo de grande parcela da população mundial de empreender uma nova sociabilidade, que via nas ideias socialistas uma proposta de algo novo, diferente dos regimes imperiais, ou ditos republicanos, em que a população de uma forma geral não era contemplada e a exploração da força de trabalho se intensificava cada dia mais.

A Revolução Russa influenciou ideologicamente a sociedade na medida em que concretizava a ameaça à sociabilidade burguesa imbuída e difundida no seio do materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels. O “espectro que rondava a Europa” e a revolução proletária anunciada no *Manifesto do partido comunista* (escrito por Marx e Engels em 1848) se tornou uma possibilidade real para a classe trabalhadora a partir da ação dos bolcheviques que tomaram o poder na Rússia tsarista dentro do processo revolucionário. No início de 1917 a Rússia se tornou uma república liberal e, ao chegar outubro daquele ano, estabeleceu-se o período da “Revolução Vermelha”, consolidando posteriormente a União Soviética.

Lembremos que a “Primavera dos Povos” em 1848 foi um lampejo de esperança da derrubada da burguesia liberal, constituindo-se no germe de

um projeto que se concretizou com o advento da União Soviética, levando à consolidação de estados socialistas, principalmente após a II Guerra Mundial, que se estendeu por grande parte do Leste europeu entre 1945 e 1989. Na Ásia, há o caso da China, cuja revolução foi liderada por Mao Tsé-Tung em 1949 e que até hoje se autodeclara socialista, e a então Indochina que, no processo de independência da França, dividiu-se em três países: Laos, Camboja e Vietnã, que se declaram socialistas. Vemos, portanto, que a influência da Revolução Russa foi expandindo-se por todo o mundo; muitos movimentos sociais que tinham identificação com outras correntes de esquerda, a exemplo do anarquismo e do anarcossindicalismo, entre outras, acabaram migrando ideologicamente para o socialismo ou comunismo.

Nessa conjuntura, tornava-se imprescindível o fortalecimento da ideologia dominante burguesa, construindo argumentos contrários ao estabelecimento do socialismo internacional. Os Estados Unidos engendraram a Doutrina da Segurança Nacional (DSN) como estratégia de luta contra os “males” do comunismo, em defesa da “liberdade” burguesa e da continuidade do capital. A luta anticomunista uniu potências capitalistas que levaram a cabo, no pós-II Guerra Mundial, a denominada *guerra fria*, dividindo o mundo bipolarmente entre o capitalismo liderado pelos Estados Unidos e o socialismo construído pela União Soviética.

No continente africano, a influência da Revolução Russa se deu, especialmente, no contexto de luta pelo fim do colonialismo europeu. Lembremos que a África foi marcada, em um primeiro momento, pelos processos colonizadores protagonizados pelos portugueses no século XV. Em um segundo momento, no que conhecemos, nas palavras de Hobsbawm, como a “Era dos Impérios”, o continente foi invadido por diferentes países europeus, fenômeno que se tornou conhecido como neocolonialismo.

O historiador congolês Elikia M’Bokolo, no segundo tomo de seu livro *África negra* (2007), discorre sobre a questão do imperialismo europeu no continente africano:

A primeira dimensão identificada, aquela que mais tinta fez correr, é a dimensão econômica. Como sublinhou vigorosamente Jean Bouvier, “o imperialismo não surgiu aos contemporâneos apenas como uma política externa, como uma diplomacia, mas como a política externa que correspondia à era do capitalismo dos monopólios e dos oligopólios”. (M’BOKOLO, 2007, p. 303)

Como M’Bokolo expõe, o imperialismo não era apenas uma política externa, mas tinha em seu cerne a extensão do capitalismo monopolista, que viu o continente africano como território de expansão e invasão, alterando toda a estrutura cultural, política e econômica da África. Ou seja, os países africanos que estavam sob o domínio do imperialismo, com a agravante de ainda estarem submetidos ao colonialismo, necessitavam de elementos que colaborassem para a construção do protagonismo mediante a luta por libertação. Neste sentido, M’Bokolo mostra que a ideologia marxista vinha ao encontro destes anseios, pois seus expoentes empreendiam críticas ao imperialismo:

O imperialismo foi concebido como uma certa era do capitalismo, um “certo modo de vida” e de comportamento deste último, chegado a um certo nível de desenvolvimento. Desde muito cedo, os economistas e os ideólogos de esquerda e de extrema-esquerda, mais ou menos influenciados pelas teorias de Karl Marx, apoderaram-se deste tema, fazendo deste aspecto um ponto de confronto privilegiado entre marxistas e não marxistas ou antimarxistas. (M'BOKOLO, 2007, p. 303)

Dessa forma, a ideologia revolucionária materializada na Revolução Russa passou a influenciar os líderes³ do processo de independência, despertando o apoio da União Soviética por meio da formação política e no que se referia à necessidade estrutural. Em Angola não foi diferente e, após a Revolução dos Cravos, que aconteceu em 24 de abril de 1974 em Portugal, abriram-se mais possibilidades para a concretização da libertação deste país africano. Nesta conjuntura se constituiu o governo provisório angolano, que teria como objetivo concretizar a libertação e instituir a nova nação. Foi justamente em meio a este processo que o Brasil estabeleceu uma representação diplomática em Luanda. Problematizaremos nas próximas seções as intenções da ditadura civil-militar brasileira ao apoiar a criação do estado angolano, reconhecendo sua independência e abrindo mão da coesão ideológica em nome dos interesses econômicos.

1. Guerra fria: Angola, União Soviética e Brasil

As análises dos telegramas enviados pela Representação brasileira em Angola ao Itamaraty nos levaram a entender de forma específica os desdobramentos da história do processo de independência de Angola, tendo como análise o apoio brasileiro institucional, privado e civil. Assim, pudemos refletir acerca da influência da independência de Angola no meio acadêmico e político e no processo de emigração de portugueses e angolanos para o Brasil, além de conhecer como se deu o *lobby* da indústria brasileira em Angola, tendo em vista que no período em questão se possibilitou a implantação de empresas privadas e estatais brasileiras naquele país.

É essencial pontuarmos que a política de aproximação do Brasil com o continente africano concretizou-se no governo Jânio Quadros, na década de 1960, e foi rompida com o golpe civil-militar de 1964, que teve como princípio a DSN, cunhada pela hegemonia norte-americana no contexto da já mencionada bipolaridade da guerra fria. Neste contexto, é essencial lembrarmos da importância da teoria conhecida como *golberiana*, construída por Golbery do Couto e Silva⁴, que adaptou a DSN dos Estados Unidos à realidade brasileira. Segundo Fernandes (2016, p. 852), “a

³ Muitos deles já haviam estudado na Europa e se vinculado organicamente a Partidos Comunistas, como foi o caso de Agostinho Neto, que era vinculado ao Partido Comunista Português (PCP).

⁴ “Golbery do Couto e Silva, no Brasil, e Augusto Pinochet, no Chile, estão entre os maiores geopolíticos do Cone Sul no período da guerra fria. Ambos ocuparam cargos centrais nas futuras ditaduras sustentadas ideologicamente pela doutrina ensinada por eles.” (FERNANDES, 2016, p. 852)

geopolítica foi um elemento central no pensamento deste militar, e foi através da sua adequação ao contexto da guerra fria que ela foi utilizada para a formulação da variante teórica brasileira da DSN”. A condução da política internacional estava, portanto, intimamente relacionada ao chamado Ocidente e se traduzia na hegemonia dos Estados Unidos e seus aliados.

Como mencionamos, no contexto brasileiro do pós-golpe de 1964, as relações com países do continente africano foram declinadas, todavia, no governo do presidente E. G. Médici iniciou-se um processo de reaproximação, marcado, especialmente no ano de 1968, pelo início das atividades da Câmara do Comércio Afro-Brasileira, representada pelo então deputado federal Adalberto Camargo⁵. Segundo o pesquisador Ivo Santana (2004, p. 83), o órgão tinha como objetivo estreitar as relações entre o Brasil e o continente africano, fomentando o desenvolvimento de negócios, atividades culturais e científicas, motivos pelos quais participou das principais negociações com Angola.

As intenções estruturais só se tornaram realidade, entretanto, por conta da abertura da política externa empreendida no governo Geisel, o chamado “pragmatismo político”. Este, segundo Lima e Moura (1982, p. 350), deu-se em decorrência de diferentes fatores no contexto internacional que apontavam, naquela conjuntura, uma “erosão da ordem mundial estabelecida a partir da II Guerra Mundial”, materializada em “mudanças na estratificação de poder no plano internacional” decorrentes da constituição de novas alianças internacionais, as quais, por sua vez, redefiniram o poder hegemônico até então dominante.

Ou seja, a conjuntura apontava para um relativo declínio do poder estadunidense e um ascendente fortalecimento da Europa Ocidental. Os autores abordam ainda que, “paralelamente, assiste-se à progressiva liquidação dos impérios coloniais e à emergência de uma camada de potências intermediárias cuja atuação, em alguns casos, ultrapassa o âmbito estritamente regional” (LIMA; MOURA, 1982, p. 350).

Fonseca (1998) também tece reflexões acerca da conjuntura de abertura política do governo Geisel, apontando que as ações de universalização na esfera das relações internacionais conduziam à ampliação de contatos internacionais, reduzindo a força da pressão hegemônica:

Trabalha-se com a hipótese de que, no esquema da guerra fria, a fidelidade ocidental implica limitações à movimentação diplomática dos países alinhados. Lembremos que uma das características do pós-guerra na região é justamente o fato de os latino-americanos tenderem a concentrar com a potência hegemônica seus laços econômicos, comerciais, políticos e militares. (...) Sublinhamos, porém, que as soluções diplomáticas para opção universalista, tais como a ampliação das relações com

⁵ Sobre sua biografia, podem-se destacar alguns elementos apontados por Santana (2004, pp. 83-4): “Negro, de origem humilde, Adalberto Camargo (...) foi eleito membro executivo do Conselho da Câmara e Comércio Estrangeiro (...) em 1966, aos 43 anos de idade, candidatou-se à Câmara Federal pelo estado de São Paulo, vencendo as eleições daquele ano com o suporte do ‘voto racial’ da comunidade negra e o respaldo de suas entidades representativas.”

os socialistas, a aliança com os subdesenvolvidos, a projeção para a África e a Ásia, encontram limites claros, que nascem de uma combinação de uma atitude bloqueadora do ator hegemônico e da falta de meios reais de projeção de poder. De outro lado, não podemos esquecer que, na tradição americanista, na linha *golberiana* da geopolítica, a resposta ao argumento do limite estrutural é justamente a de que o melhor caminho para ganhar poder no sistema internacional é mediante o fortalecimento dos laços com o Ocidente. A universalização é obtida pelo papel que cabe ao Brasil no Ocidente. A identificação com o Ocidente se transforma em base doutrinária de política externa. (FONSECA, 1998, p. 299)

Observamos, assim, a aplicação uma política externa mais aberta, que se deve ao fato de o Brasil visualizar-se como “potência intermediária” (LIMA; MOURA, 1982), portanto, nação capaz de ocupar espaços que haviam sofrido colapso no contexto do fim da colonização, como no caso de Angola. Entretanto, o vínculo continuava sendo com o Ocidente no que se refere à aposta pela manutenção e ampliação do capitalismo monopolista. Conjuntura esta em que as doutrinas ideológicas se tornaram secundárias em relação à constituição de poder na esfera da estrutura, ou seja, no âmbito da economia. Confirmando, assim, a tese de Karl Marx, escrita entre 1858-9, quando prefaciou o texto *Para a crítica da economia política*, apontando que:

A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1987, pp. 29-30)

Rememoramos a essência desta explicação de Marx por intencionarmos comprovar que a estrutura econômica é predominante em relação à superestrutura jurídica e política. Por isso, viu-se que, em uma conjuntura de crise econômica, foi necessária a reconstrução de estratégias políticas, tudo isso em nome da expansão capitalista. Portanto, visando a um estreitamento maior entre Brasil e Angola, o governo do presidente Geisel estabeleceu uma ação diplomática direta naquele país por meio da constituição de uma Representação Especial, liderada pelo embaixador Ovídio Andrade de Melo.

Segundo a pesquisadora Letícia Pinheiro (2007, p. 97) o intuito de sua presença em Angola era prestar informações sobre o processo de independência de maneira imparcial. No entanto, o trabalho do embaixador Ovídio de Melo exigiu grandes esforços, pois em seus telegramas ele relatava e analisava todo o contexto político angolano e, especialmente, as divergências importantes entre os três movimentos de independência.

2. Conflitos internos em Angola e as percepções da Representação brasileira

É essencial apontarmos que, em seu processo de luta pela independência de Portugal, Angola teve o envolvimento de três movimentos principais: Movimento de Libertação de Angola (MPLA), criado em 1956 e que, aos poucos, ligou-se à União Soviética e a Cuba, consolidando como líder o médico e poeta Agostinho Neto; a Frente de Libertação de Angola (FNLA), criada em 1961 e ligada aos interesses do Zaire e dos Estados Unidos, sob a liderança de Holden Roberto; e, por fim, a União de Libertação Total de Angola (Unita), de 1966, ligada aos interesses da África do Sul, China, portugueses inconformados com o processo de independência e também dos Estados Unidos (SANTOS, 2010, p. 36). Evidentemente, havia outros movimentos, a exemplo da Frente de Libertação do Enclave de Cambida (Flec), mas, para as análises aqui propostas, concentramo-nos nos três mais importantes, ou seja, MPLA, Unita e FNLA.

O conflito entre os movimentos pró-independência em Angola foi um objeto constante de reflexão no decorrer da pesquisa que originou este artigo. Podemos observar, no relato abaixo, que Ovídio Melo traz informações acerca das crises entre os movimentos no país, demonstrando que a tensão se intensificava rapidamente:

No decorrer de apenas um mês, a situação política e militar muito se agravou. A passagem de Chipenda para as hostes de Holden Roberto simplificou o panorama político, mas colocou o FNLA em direta confrontação com o MPLA. De outra parte, Vossa Excelência se lembrará que, na entrevista que tive com Holden Roberto, impressionou-me o receio do FNLA, que estaria então, desde agora, buscando uma solução militar.

7. O momento seria propício para o FNLA tomar tal iniciativa, porque Agostinho Neto se encontra ausente, fazendo campanha eleitoral no Sul e porque o Alto Comissário português será suscetível de influenciar-se com a campanha que o FNLA vem fazendo no sentido de desarmar “civis”. Considerando-se que todos os partidos angolanos em todo e qualquer tempo deram armas aos seus adeptos, e que este país sai de longos anos de guerrilha, o propósito de confiscar armas só poderá levar a repetidos incidentes armados. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 25 mar. 1975 *apud* SANTOS, 2015, pp. 175 -6)

Com o exemplo que está contido no telegrama, é possível observar a cisão do MPLA, com a transição de Daniel Chipenda para a FNLA, agravando, desta forma, os conflitos entre os dois grupos. Os desentendimentos dentro do MPLA eram constantes, assim como em qualquer agremiação grande. Registramos, também, que é deste movimento que se tem mais informações disponíveis, as quais possibilitam que se trace um panorama geral de sua história, com isso facilitando o entendimento da própria história angolana.

O historiador português Milhazes (2009) discorre sobre os conflitos entre Daniel Chipenda e Agostinho Neto no ano anterior ao Congresso do

Partido Comunista, realizado na então União Soviética, ou seja, antes de se concretizar a cisão entre os dois, que culminou na saída de Chipenda do MPLA. O partido tentou intervir e resolver a questão dentro do próprio movimento:

O MPLA – continua Ulianovski – dirige a luta armada de libertação nacional em Angola, que tinha lugar principalmente na Frente Oriental a partir do território da Zâmbia. A tribo Umbundo constitui a massa fundamental de combatentes da Frente. Porém, na direção do partido há um único representante dessa tribo: Daniel Chipenda. Ativistas do MPLA exigiram a realização de um congresso do partido para eleger uma direção com representação proporcional das tribos. Agostinho Neto, presidente do MPLA, acusou D. Chipenda e os ativistas umbundo de traição e excluiu-os do partido.” Depois de discutida a situação, o Comitê Central do PCUS decidiu enviar um telegrama ao embaixador soviético, onde se lhe recomenda encontrar-se com Chipenda e Neto para superar a cisão no MPLA. E, para que não fosse de mãos vazias, o CC do PCUS recomenda: “Informe que os pedidos do MPLA sobre a prestação de ajuda militar e material para o ano de 1973 foram satisfeitos. O material para o MPLA foi fornecido para a República Popular do Congo e a Tanzânia. Todavia, as contradições no MPLA dificultam a prestação de ajuda por parte de organizações soviéticas ao partido. (MILHAZES, 2009, p. 45)

O autor demonstra que, além da intervenção política para a tentativa de resolução dos conflitos do interior do movimento, Moscou continuou a ajudar o MPLA, principalmente no que se referia a armamentos e treinamento militar aos guerrilheiros.

Na aldeia Perevelnoe, ao quilômetro 21 da estrada Simferopol-Aluta, na Criméia (atualmente, território da Ucrânia), esteve instalado um dos campos de treino de guerrilheiros do MPLA e de outros movimentos de libertação, bem como de soldados oficiais de países do Terceiro Mundo. Entre 1965 e 1990, oficiais soviéticos prepararam aí cerca de 18 mil combatentes de países como Afeganistão, Angola, Camboja, Congo, Cuba, Etiópia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Iêmen, Laos, Líbano, Líbia, Madagascar, Mali, Moçambique, Mongólia, Nicarágua, Palestina, São Tomé e Príncipe, Tanzânia e Zâmbia.

O primeiro grupo, constituído por 75 guerrilheiros, veio precisamente da Guiné-Bissau e foi recebido pelo tenente-coronel Vladilen Kintchevski, então comandante do Centro de Treino.

“Recordo-me quando eles desciam pela escada do avião, eram todos pretos como a fuligem” – declara Kintchevski ao diário russo *Komsomolskia Pravda*, e acrescenta: “Tínhamos de arranjar um tradutor que falasse na língua dos guineenses. Descobrimos que só um máximo de dez falava português e que os restantes falavam em dialectos tribais. Mas não havia nada a fazer, tivemos de lhes ensinar a arte militar.” (MILHAZES, 2009, p. 46)

O treinamento desses guerrilheiros em solo soviético, não obstante, não se resumia a táticas de guerra, pois na conjuntura da guerra fria os princípios ideológicos estavam presentes. Os guerrilheiros que eram enviados à União Soviética, além do treinamento militar, recebiam aulas de teoria marxista-leninista.

Os guerrilheiros começavam por receber preparação ideológica. Zubarev recorda a propósito: “Começam os estudos com um professor de marxismo-leninismo a apontar com uma vara para o retrato de um branco barbudo e proclamar solenemente: ‘Em 1818, em Tréveris, nasceu Karl Marx’. A preparação política era uma disciplina obrigatória, mas não ocupava muito tempo e foi elaborada especialmente para o nosso Centro. Tratava-se de uma breve história dos movimentos revolucionários mundiais desde Marx até a chamada terceira etapa do movimento revolucionário mundial, que começou precisamente nesses anos. Isso era bastante complicado para os cadetes: eles nunca tinham visto um mapa e ali apontavam para o mapa-múndi, dizendo que ali nascera aquele avozinho barbudo e que isso estava ligado ao destino pessoal deles.” (MILHAZES, 2009, p. 48).

A preparação dos cadetes relatada por José Milhazes estava ligada a questões ideológicas, e muitos deles ouviam pela primeira vez falar de Karl Marx, que era o principal referencial teórico para o MPLA⁶. No entanto, é essencial considerarmos o marxismo propagado naquele contexto, sob influência da análise soviética, muitas vezes contaminado pelos equívocos stalinistas. Por outro lado, vale a pena levarmos em consideração que Milhazes faz apologia contrária ao socialismo. De toda forma, o registro sobre o desconhecimento ideológico dos guerrilheiros que eram treinados na União Soviética nos evidencia que para muitos angolanos a liberdade de Angola era uma necessidade, pois o jugo da colonização portuguesa já não era mais suportável, o que os conduzia, quase que espontaneamente, aos movimentos pró-libertação. Nesse sentido, vemos que a necessidade de mudar a história do país e superar o colonialismo nasceu da realidade de opressão por eles vivenciada. Situação semelhante ao que ocorreu na Revolução Russa, em que muitos entraram na guerra contra o tsarismo não por questões ideológicas, mas por não suportarem os abusos do império russo⁷.

Avaliamos, portanto, que o apoio da União Soviética foi essencial para a libertação de Angola e influenciou as configurações do modelo de estado que se buscava implantar. Segundo o pesquisador Tiago Moreira de Sá (2011), a União Soviética, em outubro de 1974⁸, decidiu intensificar seu

⁶ Ressaltamos que os principais líderes do movimento, entre eles Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e outros, ao estudarem em Portugal e residirem na Casa dos Estudantes do Império, entraram em contato com as teorias marxistas (SANTOS, 2010).

⁷ Lênin, em janeiro de 1917, ressaltou a importância do levante ocorrido em 1905, conhecido como “Domingo Sangrento”, colocando que “os operários incultos da Rússia de antes da revolução provaram pelos seus atos a retidão de gente despertada pela primeira vez para a consciência política” (LÊNIN, 1974).

⁸ Foi também em outubro de 1974 que Fidel Castro recebeu o pedido de Agostinho Neto e intensificou o envio de soldados para colaborarem na luta pela libertação de Angola (RAMONET, 2006).

apoio a Agostinho Neto e procurou realizar uma aliança entre o MPLA e a Unita, em que procurava ir contra a FNLA.

Na realidade, durante o mês em apreço, Moscou decidiu alterar definitivamente os seus esforços de unificação dos grupos que compunham o Movimento Popular de Liberdade de Angola e concentrou o seu apoio em Agostinho Neto. Tal aconteceu por vários desenvolvimentos, tais como: a posição crescentemente pró-soviética de Neto; a conhecida preferência dos militares portugueses em Angola, em especial Rosa Coutinho, por este grupo, e o apoio que estava a ser-lhe dado ao nível político e militar; a defesa estratégica junto do Kremlin por parte do Partido Comunista Português. (SÁ, 2011, p. 125)

O registro feito pelo pesquisador Moreira de Sá (2011) revela que a decisão da União Soviética por Agostinho Neto⁹ em vez de qualquer outro militante do MPLA decorreu do fato de este líder receber o apoio do PCP. O apoio a Agostinho Neto moldou o modelo de movimento, pois, como mencionamos anteriormente, as lideranças do MPLA estranhavam-se em alguns aspectos, o que culminou na saída de Daniel Chipenda. Sobre o apoio da União Soviética, Moreira Sá ainda expõe:

Cerca de dois meses depois, os soviéticos foram ainda mais longe e conceberam um elaborado plano de auxílio ao MPLA, compreendendo o fornecimento de armamento pesado, grandes quantidades de munições e a disponibilização de pontos de trânsito no Congo. Esta decisão foi tomada em finais de 1974, princípios de 1975, no seguimento de uma série de contatos entre as cúpulas do movimento e o Kremlin e que culminou na visita de uma delegação do MPLA a Moscou. Iko Carreira, que chefiou a missão do movimento, contou a este respeito nas suas memórias. “De Argel fui para Lusaka e, no início de janeiro de 1975, fui a Moscou, Belgrado e Argel com uma delegação composta também de Pedro de Castro Van-Dúmen (Loy), já falecido, e de Costa Andrade (Ndunduma) para conseguir o apoio militar no período de transição para a independência. Esta delegação conseguiu também, por parte da Iugoslávia e da Argélia, apoio em material de guerra. Foi com essas garantias que parti para Lisboa a fim de, no Alvor, participar na reunião que devia desembocar no Acordo do Alvor. As promessas recebidas dos três foram muito importantes. Pensávamos que aquilo que Moscou nos prometia nos seria suficiente para conter as unidades da FNLA e da Unita, só não contámos com a entrada de

⁹ A respeito do apoio inicial da União Soviética a Agostinho Neto, cumpre expormos o que José Milhazes discorre sobre encontro entre o revolucionário angolano e a delegação soviética. “Vadim Kirpitchenko recorda: a primeira conversa e as seguintes com Neto não nos satisfizeram completamente. Neto transferia constantemente as conversas sobre a situação interna em Angola, sobre as posições dos diferentes partidos e das perspectivas da sua união num movimento único, sobre as ações militares concretas do MPLA para os aspectos externos do problema angolano, que nós já conhecíamos (...). Por outro lado, Neto tentou sobrestimar os méritos do seu partido e foi bastante moderado no que respeita à ajuda que esperava de nós. Fiquei com uma impressão agradável do encontro com ele e, se não fosse a cor da pele, Neto pareceria mais um europeu fleumático do que um africano temperamental.” (MILHAZES, 2009, p. 39)

unidades do Zaire e da África do Sul do Apartheid.” (SÁ, 2011, p. 126)

Vemos, na citação acima, o quanto o MPLA se envolveu internacionalmente com países enredados em lutas internas e externas, recebendo apoio político e material. No que se refere ao Brasil, podemos afirmar que os movimentos pró-libertação de Angola flertavam com a Representação Especial Brasileira, a qual era visitada por vários grupos e representantes dos movimentos, que ali debatiam os assuntos diversos – até parcerias em diferentes áreas e ministérios, como podemos ver no seguinte trecho:

Tive hoje, às quatro horas da tarde, entrevista com o primeiro-ministro José N'Dele, da Unita. (...) Rememorei ao Dr. N'Dele a entrevista que por seu intermédio tive com o presidente Savimbi, contei-lhe os contatos que havia tido com o Dr. Jerônimo Wanga, ministro da Educação; terminei por lembrar-lhe que tanto o presidente Savimbi quanto o Dr. Wanga se haviam mostrado bastante interessados pela cooperação brasileira, havendo ambos prometido elaborar um roteiro de sugestões para o intercâmbio mais intenso e proveitoso entre o Brasil e Angola.

2. Pedi especificamente ao Dr. N'Dele que lembrasse ao presidente Savimbi e ao Dr. Wanga essas promessas e procurasse obter de ambos as respectivas sugestões. (...)

5. Ao tratarmos da colaboração entre o Brasil e Angola, o Dr. N'Dele aconselhou-me, de imediato, a que procurasse o ministro da Agricultura, que parece ter planos definidos, de enviar jovens angolanos ao Brasil para estudos de agronomia. Procurarei em breve visitar não só o ministro da Agricultura, mas também todos os demais ministros. Já tenho notícia, pelo Consulado, de que tanto o Ministério do Planejamento quanto o do Bem-Estar Social pretendiam, também, mandar estudantes para o Brasil. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 25 mar. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 181)

Ainda neste documento, Ovídio Melo, preocupado com a segurança da Representação, remeteu ao problema vivenciado pelo cônsul holandês, que havia sido parado por representantes da Unita, e então questionou “se o governo de transição poderia dar-me, a mim e a meus colaboradores, uma forma de credenciamento que sirva como salvo-conduto, assinada por representantes dos três movimentos”, questão que estaria sendo analisada pelo Corpo Consular. Pode-se inferir que a preocupação de Melo estava ligada ao receio de sequestro, pois no Brasil de regime militar, principalmente após o AI-5, aconteceram sequestros de representantes de outros países, a exemplo do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, que foi sequestrado por grupo de esquerda (Ação Libertadora Nacional – ALN)¹⁰.

Notamos que as preocupações em relação à cooperação brasileira circundam problemas que são evidentes na sociedade angolana: educação,

¹⁰ Para mais informações, consultar Gaspari (2002, p. 88).

saúde, infraestrutura e apoio militar ao seu movimento. Sobre a entrevista com o primeiro-ministro da FNLA, Melo discorre:

Tive hoje entrevista com o primeiro-ministro Johnny Eduardo, da FNLA. (...) o interesse que ele demonstrou pela colaboração brasileira, razão pela qual o Brasil, também com assentimento dos outros movimentos, se apressou a abrir, desde logo, uma Representação Especial em Angola. Salientei que a abertura desta Missão Permanente pretende ser como que a antecipação do reconhecimento da soberania de fato que o governo de transição exerce sobre a nação angolana. (...)

2. O Dr. Johnny Eduardo referiu-se com muita simpatia ao fato de que o Brasil se antecipou a todos os demais países no credenciamento de uma missão diplomática perante o governo de transição. Disse-me, textualmente, “que isso foi muito apropriado, pois o Brasil deve ter em Angola uma situação privilegiada!”. No tocante à cooperação que o FNLA espera do Brasil, o Dr. Eduardo salientou o desenvolvimento brasileiro, a experiência que o Brasil já tem na abertura de estradas, em aproveitamentos hidrelétricos, na organização de sua economia e de sua rede bancária, nos grandes programas de saúde e educação postos em prática. Pediu-me que, além do ministro da Saúde, visitasse, em breve, o ministro da Agricultura, do qual até me deu o endereço particular. Salientou que a ajuda do Brasil é imprescindível a Angola, “pois não é possível contar só com a ajuda portuguesa”. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 mar. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 183)

Observamos acima que o diálogo estabelecido com o primeiro-ministro da FNLA não difere daquele com o primeiro-ministro da Unita, já mencionado anteriormente, embora Dr. Johnny Eduardo tenha ressaltado o pioneirismo do Brasil em fixar uma Representação Especial e como isso poderia contribuir para relações futuras. Melo apontava no mesmo telegrama considerações que o representante da FNLA fez sobre o conflito com o MPLA:

3. Tendo eu abordado levemente os acontecimentos políticos e militares da última semana, para manifestar meus desejos de que possa perdurar o entendimento dos partidos de transição e o governo, o Dr. Johnny Eduardo me disse que as perspectivas de pacificação são boas e que não é esperável a repetição dos choques armados havidos, porque “o MPLA terá aprendido a lição”. (...) Tal ataque, segundo o primeiro-ministro, foi absolutamente insensato, pois o MPLA bem sabe que a FNLA possui uma máquina de guerra poderosa, com mais de cinco mil homens treinados e armados em Luanda e cerca de 18 mil nos “maquis”, que só não são trazidos a Luanda de imediato por falta de aquartelamento. Disse ainda que o MPLA, embora esteja armando a população, jogando mulheres e crianças armadas na peleja, só conta, nesta Capital, com mil homens em armas.

4. Perguntei-lhe sobre a troca de prisioneiros, que foi noticiada e (...) me disse que os prisioneiros vão sendo trocados. Acrescentou, porém, um tanto veemente, para minha surpresa, que são falsos os rumores no sentido de que a FNLA haja fuzilado prisioneiros. Um tanto teatralmente, disse-me, “como

poderíamos fuzilar o povo?”, e acrescentou: “basta ver que o jornal *Liberdade e Terra* publicou fotografias de prisioneiros..., como então publicaríamos essas fotografias se os fôssemos fuzilar?”

5. Manifestei finalmente a (...) minha satisfação pelo fato de que seu partido, ao se apresentar para campanha, havia contratado os serviços de uma empresa de publicidade brasileira. O primeiro-ministro riu muito cordialmente e, já levando-nos a porta, disse estar contente com aqueles serviços. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 mar. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 183)

Os acontecimentos relatados pelo representante brasileiro evidenciam um cenário de grandes conflitos entre a FNLA e o MPLA, em que o representante Johnny Eduardo procura se justificar sobre um suposto fuzilamento de membros da MPLA que estavam presos, dizendo que o fato não havia ocorrido. Além de ressaltar que o ataque do MPLA havia sido irresponsável, haja vista que a sua frente possuía maior aparato de armamento e maior efetivo que aquele movimento. Contudo, o que mais chama a atenção no excerto do telegrama citado é o fato de Ovídio de Melo, independentemente das questões humanitárias que cercavam o diálogo, falar abertamente acerca de sua satisfação em relação àquele movimento ter utilizado de serviços de uma empresa brasileira para sua publicidade.

De qualquer forma, observamos que, ao longo dos telegramas enviados para a Secretaria do Estado, fica notório que o conflito entre os três movimentos é maior do que propriamente o processo emancipatório com Portugal, ou seja, a disputa pelo poder interno passava a sobressair ao objetivo inicial, que era o fim do domínio português sobre Angola. Aparentemente, os movimentos já colocavam o fim do colonialismo como algo líquido e certo por conta da conjuntura portuguesa pós-Revolução dos Cravos, por isso, transferiam suas preocupações para a conquista do poder em relação ao estabelecimento do estado angolano independente. Podemos observar no documento abaixo que até Portugal tenta apaziguar os conflitos internos:

Os esforços feitos pelo governo português e por vários governos africanos no sentido de apaziguar os movimentos de libertação angolanos após os choques armados havidos em março começam a surtir alguns resultados. Esses resultados são formais, consistentes apenas em arrumar os ingredientes explosivos da situação política neste país, mas pelo menos restabelecem um semblante de calma e aparente conciliação, propícios ao encaminhamento da independência e ao desvencilhamento de Portugal.

2. Assim é que, no dia 8 do corrente, foi promovido o primeiro encontro dos estados-maiores dos exércitos dos três movimentos, sob a presidência dos primeiros-ministros do Colégio Presidencial, para o estabelecimento das forças conjuntas que doravante ficarão encarregadas da manutenção da ordem. Foi aprovado e emitido na mesma ocasião um Comunicado Conjunto dos três partidos, concitando a população à calma, à cessação das hostilidades, à liberdade dos prisioneiros, ao desarmamento. (Telegrama da Representação Especial

brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 11 abr. 1975
apud SANTOS, 2015, p. 185)

Ao mesmo tempo, Melo relatava no documento que os principais líderes do MPLA, Agostinho Neto, e da Unita, Jonas Savimbi, empreendiam viagens a países europeus em busca de novos apoios políticos. Apontava que as lideranças dos movimentos demonstravam certa moderação, todavia, durante aquela semana, “vários incidentes isolados ocorreram, em um outro ponto da cidade, correria e tiroteios rápidos, que revelam o grau de excitação ainda existente e a dificuldade aparentemente insuperável para uma conciliação verdadeira”, ou seja, por mais que a impressão que os líderes tentavam passar externamente fosse de tranquilidade, o caos instalado continuava sem controle. Vejamos mais um trecho do mesmo documento:

6. Nenhum observador em Angola acredita que a relativa tranquilidade desta semana, só perturbada pelos esporádicos incidentes acima referidos, constitua indício seguro de que se tenha iniciado uma nova fase nas relações entre os movimentos antagonistas. Apesar do precário acordo a que se chegou no supracitado encontro dos estados-maiores, os partidos continuam armados, os conflitos, sem solução à vista, a tensão, forte, podendo choques armados voltarem a ocorrer a qualquer momento, seja em consequência de uma “combustão espontânea”, seja pela decisão de um dos movimentos de retomar à ofensiva e decidir a contenda pelas armas. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 11 abr. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 185)

Percebemos um “imbróglio” entre os três movimentos que procuram uma saída para a independência autônoma em relação aos outros movimentos, contudo, não é simplesmente a falta de diálogo o problema, mas a forma de boicote que um faz ao outro, a exemplo da tentativa de derrubada de um avião sul-africano:

Foi assim que o ataque havido a um avião da “South African Airways” imediatamente suscitou duas versões: uma, a de que o FNLA teria atacado o avião, pensando que Agostinho Neto nele estivesse chegando a Luanda; outra versão, esta do FNLA, atribui o ataque ao MPLA e aponta-o como exemplo do perigo existente em “armar o povo”. O único fato é que, depois do ataque, a África do Sul tomou imediatas providências, cancelando todas as escalas dos seus voos em Angola. E Portugal já noticiou estar disposto a indenizar a South African Airways pelos danos sofridos. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 11 abr. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 186)

Nesse cenário de instabilidade registra-se o quanto foi difícil para a Representação brasileira acompanhar os desdobramentos da independência angolana. Ovídio Melo nos aponta no telegrama os problemas enfrentados pelo governo de transição; a população sofria com falta de abastecimento de alimentos e, especialmente, com os conflitos

violentos entre os três movimentos, com o uso de armas de fogo. Comum em todos os processos de reivindicações contemporâneas, os movimentos estudantis não fugiram à luta, como nos aponta o telegrama:

4. A todo esse quadro deve-se acrescentar a crise nos meios estudantis, que esta semana agravou-se, gerando inúmeros atritos, passeatas, greves, ocupação e depredações de educandários, agressões a professores, declarações das autoridades competentes de direções de colégios e de associações de classe estudantil. Professores recusam-se a voltar às aulas sem as necessárias garantias. Porta-vozes da Unita saíram em defesa do Sr. Jerônimo Wanga, ministro da Educação, pertencente àquele partido. A “Jura” (Juventude Revolucionária de Angola), organização estudantil ligada à Unita, colocou-se contra a PRO-AEESL, associação estudantil de esquerda. Registraram-se choques entre grupos de estudantes armados, dos quais resultaram baixas a hospitais.

5. Em consequência desses distúrbios, o diretor dos Serviços de Educação e Cultura emitiu comunicado, no qual declara que as aulas ficam suspensas, até o próximo dia 20, em virtude da invasão diária de estabelecimentos de ensino por grupos munidos de megafones e armados de facas, correntes, matracas, que expulsam os alunos das aulas e insultam os professores. O ministro da Educação emitiu também comunicado, no qual conclama todos os interessados à calma, à busca de solução pacífica para os problemas e afirma estar o Ministério que dirige procedendo a estudos com visitas à reforma do ensino. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 11 abr. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 187)

Na realidade, as manifestações estudantis estão relacionadas à insatisfação diante dos cenários político, econômico e social angolanos desde antes do processo de independência, no qual o governo salazarista furtou da grande parcela da população o direito de estudar. Até a década de 1960, havia a lei do indigenato, que colocava os autóctones que não soubessem ler e escrever o português como cidadãos de segunda classe, contudo, o governo português não oferecia ensino público, ficando a população angolana à sua própria sorte¹¹.

Importa salientar que o representante brasileiro Ovídio Melo discorria nesse telegrama sobre essas questões ligadas à educação que, para ele, estavam mais ligadas aos movimentos de independência:

7. Desnecessário seria frisar que a crise estudantil, como qualquer outro problema ou acontecimento na presente situação em Angola, se insere no quadro da disputa de poder entre os três movimentos. Como tive oportunidade de salientar em comunicações anteriores, após os choques armados de março em Luanda chegou-se apenas a uma fórmula precária de compromisso, mas os dois principais partidos mantêm suas posições irredutivelmente opostas. Enquanto não chega o momento da decisão, consolidar posições; fortalecer seus esquemas civis e militares; angariar adeptos, obter apoio

¹¹ Sobre esse assunto, ver a dissertação sobre o Mabla (SANTOS, 2010).

externo; desgastar seus adversários, sobretudo nos exercícios das funções que ocupam no governo, ainda que isso possa acarretar prejuízo para a administração do país.

8. Quando e qual será esse momento de definição, ninguém ousa prever. Poderá ser, para surpresa geral, até mesmo a realização das eleições previstas para o mês de outubro, e a consequente posse dos eleitos. Mas poderá ser também um ato de força, levado a efeito por um movimento que se sinta militarmente mais forte e eleitoralmente em desvantagem. Poderá ser ainda a combustão espontânea das tensões armazenadas, que vêm sendo contidas, mas que podem a qualquer momento explodir, como consequência de incidente entre as bases. Poderá, finalmente, decorrer da impossibilidade de se estabelecer regras para as eleições, aceitáveis por todos os partidos. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 11 abr. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 188)

A situação discorrida por Ovídio Melo expõe um quadro problemático que ia se agravando. O governo de transição, composto pelos movimentos pró-independência, parecia estar mais preocupado com seus interesses particulares do que com os da população como um todo. Entretanto, observamos que a expectativa de Melo também se volta para a urgente conclusão do processo de libertação, pois, independentemente do grupo que seria vitorioso, o Brasil poderia consolidar seus projetos no país.

Os movimentos Unita e FNLA, ligada a Daniel Chipenda, não conseguiam entrar em acordo e seguiam em conflito. O caos estabelecido em Luanda se expande para todo seu entorno. A intensa fuga de brancos, em sua maioria, portugueses e descendentes, congestionava as estradas. De qualquer forma, os conteúdos dos telegramas nos levam a observar que, na análise de Melo, o MPLA era o grupo com mais possibilidades de vencer a disputa interna. Inferimos que esse favorecimento ocorria mais pela desorganização dos outros movimentos do que pelo fortalecimento do MPLA, que também vivenciava vários conflitos internos. Melo discorreu sobre a reiteração da política externa do MPLA a um mês da independência de Angola:

Percorrendo os vários bairros populares de Luanda, na campanha de organização e conscientização a que o MPLA denominou de “II Semana do Poder Popular”, o presidente do Movimento, Agostinho Neto, fez ontem, pela segunda vez na semana, importante discurso, que transcende os propósitos da chamada “resistência popular generalizada”, ou seja, ultrapassa os objetivos de pura política interna e tem significado internacional, na medida em que antecipa as linhas de política externa a serem seguidas por Angola, após o 11 de novembro.

2. Sobre política interna, curioso é salientar que Agostinho Neto, presidente de um partido que, por si mesmo, já está longe de ser homogêneo, fala de um governo de “união nacional”, isto é, com a maior moderação possível, amplia ainda mais a heterogeneidade do partido, deixando a porta aberta para o reingresso de trãnsfugas do MPLA, tais como os “traidores” da chamada Revolta Ativa, ou dissidentes eventuais da Unita, talvez mesmo do FNLA. Comenta-se, por exemplo, que Joaquim Pinto de Andrade, fundador do MPLA que se incompatibilizou com Agostinho Neto e fundou a dissidência da Revolta Ativa, será o

próximo ministro da Educação. E que José N'Dele, por exemplo, se quiser deixar Savimbi, poderá ter um ministério no novo governo. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 7 out. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 301)

O MPLA programa-se para ocupar o poder no país, e para tanto procura diversificar suas alianças com dissidentes de outros partidos ou movimentos e até mesmo com pessoas apartidárias, como podemos observar na contextualização acima. Quanto mais se aproxima a independência, mais se ampliam as articulações, em que se procurava fortalecer alianças, a exemplo da Organização da Unidade Africana (OUA), na época dirigida pelo polêmico Idi Amin¹², que se mostrava contrária ao MPLA e, portanto, acabava boicotando o movimento.

Neste contexto aconteceu a Conferência da Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia (OSPAA), em Lourenço Marques, atual Maputo, em Moçambique. Registramos que Moçambique, a essa altura, já havia conseguido sua independência e o movimento pelo qual obteve sua desvinculação de Portugal era a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que tinha ligação fraterna com o MPLA. Ovídio Melo discorre:

O *Diário de Luanda* dedica duas páginas ao noticiário sobre a III Conferência da OSPAA – Organização de Solidariedade dos Povos da África e Ásia em Lourenço Marques.

2. A referida conferência, à qual teriam comparecido perto de cem delegados de vários países da África, Ásia e Europa, encerrou-se com apelo a todas as organizações nacionais e internacionais, a todas as forças progressistas, a todas as forças de libertação e da paz, para que elas desencadeiem, nos seus países, campanhas de solidariedade e apoio à justa luta do povo angolano, sob a direção do MPLA;

3. Ao contrário da OUA de Idi Amin, a OSPAA, conclui com Marcelino dos Santos: “a história do MPLA é a história da resistência ativa do povo angolano, sob a direção do MPLA”;

4. Remeto, anexas, as informações divulgadas pelo referido vespertino.

5. Prevendo a possibilidade de que a questão de Angola seja levada à ONU, é bastante sintomático que a OUA e a OSPAA comecem, quase ao mesmo tempo, a realizar conferências, com vistas a caracterizar posições e angariar votos futuros. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 8 out. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 305)

¹² A respeito de Idi Amin, o historiador Miranda Twiss escreve: em 1971, o automeado general Idi Amin tornou-se presidente de Uganda. Para o resto do mundo, era uma figura histriônica, cuja extravagância só era excedida por seu talento para bufonaria. Mas por trás do rosto sorridente havia um monstro calculista que provocou uma tragédia de proporções monumentais. Criou o notório Departamento de Investigação Estatal, que, por ordem sua, assassinou milhares de ugandenses inocentes numa campanha de limpeza étnica e executou seus inimigos ao vivo na televisão. Mutilou sua mulher e matou seus ministros, mantendo a cabeça de um deles na geladeira como advertência aos outros. No final de seu reinado, mais de 300.000 pessoas – um sexto de sua população – haviam sido assassinadas (2005, p. 273).

Mesmo que se buscassem alianças internas para a construção da governabilidade angolana, a disputa das organizações externas que poderiam apoiar o processo de independência de Angola acabava também reproduzindo as disputas internas. Melo explica que a OUA se posiciona contra o MPLA por conta da influência de Idi Amin. Esse fato nos mostra que, se o representante de uma organização internacional (OUA) se posiciona contrário ao movimento que está à frente do processo de libertação de Angola, traz empecilhos para a própria independência. Por outro lado, vemos no trecho acima que a OSPAA teve posicionamento diferente e apoiou o MPLA. Nesta conjuntura, Melo supôs que a questão de Angola seria levada à ONU, numa perspectiva de evitar que os líderes dos movimentos internacionais usassem as dificuldades vivenciadas dentro do processo de independência de Angola como mote para projeções políticas futuras.

O exposto acima aconteceu em período bem próximo da materialização da independência. Em 31 de outubro de 1975, restando somente duas semanas para este acontecimento, Ovídio Melo elaborou um dossiê intitulado *Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da independência deste país*, no qual detalhava suas percepções. O estudo deste documento e dos outros já abordados nos levou a perceber que a posição brasileira de instalar uma representatividade em Angola, mesmo que de maneira precária, decorreu do interesse pela construção de relações estreitas no que se refere à economia, ao mercado, ao comércio, entre outros, muito bem explicitado nos documentos de Ovídio Melo.

Além disso, os documentos algumas vezes nos levam a deduzir que a intenção brasileira era, também, a de ocupar o lugar de Portugal, mesmo que isso custasse o vínculo com o movimento ligado à União Soviética, comprovando a tese de que o governo brasileiro só se importava com a possibilidade de participar ativamente da construção do estado angolano e, por sua vez, da efetivação do capitalismo monopolista naquele território.

3. Reconhecimento da independência e efetivação de relações comerciais

No contexto relatado na primeira parte deste artigo, o reconhecimento da independência de Angola tornou-se um posicionamento político “chave” que o Brasil deveria ter para ganhar a confiabilidade do governo angolano. Ovídio discorreu sobre a importância deste reconhecimento:

Para melhor instruir e documentar a posição que o Brasil deva assumir, quando da independência de Angola, dentro de 15 dias – mesmo sendo a independência proclamada em Luanda com o país ainda em guerra, e por um só dos partidos reconhecidos pelo Acordo de Alvor –, permito-me aqui alinhar todos os motivos de ordem política, econômica, cultural, com raízes no passado, mas com importância presente e futura, que me levam a recomendar

um pronto, imediato reconhecimento deste novo país, seja qual for o governo que na capital se constitua.

2. A primeira destas razões é de que o instituto jurídico formal do reconhecimento não tem valor constante, nem efeito uniforme. Variam estes conforme a importância econômica do país que reconhece ou deixa de reconhecer. Para uns poucos governos, o reconhecimento seria até supérfluo. Pode ser usado como arma política, pois a presença econômica no território do país não reconhecido está garantida. Para outros, que não têm interesses econômicos em territórios alheios, o não reconhecimento implica ausência, alheamento, que, em certos casos, só seria diminuído por vagas afinidades culturais. Para terceiros países que não tenham importância econômica nem afinidades culturais, o não reconhecimento implica ausência total. Pelas nossas afinidades com Angola e com o peso específico que nosso grau de desenvolvimento já tem, poderíamos imaginar que nossa eventual recusa de reconhecimento nos colocaria na segunda categoria acima. Mas forças variadas aqui muito atuantes e que denunciarei a seguir tenderão a deprimir a nossa imagem, em nossa ausência. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 out. 1975 *apud* Santos, 2015, p. 305)

O memorando de Ovídio Melo alertava o governo brasileiro a não perder a roda da história, pois o fato de estar lá havia alguns meses trazia legitimidade para suas sugestões, tendo em vista que acompanhava os movimentos de independência, assim como a própria dinâmica das relações diplomáticas que esses movimentos tinham externamente. Este documento comprovava o debate que nos dispusemos a desenvolver neste artigo, principalmente quando argumentava que o posicionamento político seria essencial para futuros encaminhamentos econômicos. Neste sentido, supunha que era preciso deixar de lado as questões ideológicas que poderiam impedir este reconhecimento e, desta forma, fortalecer o “pragmatismo político” já apontado no início deste texto. Na sequência, o documento lembrava o governo brasileiro a respeito de posturas anteriormente tomadas e como estava a condição atual, como vemos a seguir:

3. Encontra-se em Luanda, neste momento, ainda com o exequatur dos tempos coloniais, os Estados Unidos, os países do Mercado Comum... e o Brasil. Fomos os últimos a chegar, e incorporamo-nos ao grupo de forma um tanto artificial, pois para aqui viemos em 1962 por motivos idealistas, sem interesses econômicos imediatos e concretos. Enquanto aos demais países presentes, Portugal permitia uma associação discreta nos lucros do colonialismo, ao Brasil nada era permitido. Portugal desde o século XVII procura trazer-nos longe de Angola, segundo o princípio de que dividir é reinar. Os outros países que aqui estão sempre temeram que lhes disputássemos o mercado angolano, que eles, por sua vez, a duras custas, disputavam a Portugal. Nossos interesses não coincidem, pois, no tocante a Angola. Há como que uma disputa triangular, em que somos os últimos a chegar. Vejamos a seguir de que maneira o reconhecimento ou não-reconhecimento afetaria cada um dos países já aqui presentes, inclusive Portugal. (Telegrama da Representação

Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 out. 1975 *apud* Santos, 2015, p. 307)

Melo expunha como o governo brasileiro estava atrasado nas relações com Angola, reforçando que as tentativas de aproximação no início da década de 1960 foram eminentemente idealistas, não econômicas. Refletimos, portanto, que em início da década de 1960 o idealismo brasileiro se referia ao projeto de relações internacionais abortado pelo próprio golpe de 1964. No entanto, o que Melo defendia de forma clara era que, naquele momento, idealismos de esquerda ou de direita não poderiam sobressair aos projetos econômicos. Ou seja, o distanciamento histórico imposto por Portugal deveria ser superado e o Brasil poderia reverter essa história e fortalecer sua economia, já que

nossa presença aqui frente à verdadeira Angola data de março último, tem apenas meio ano. VIMOS ATÉ AQUI OS ANTECEDENTES “HISTÓRICOS” À PRESENÇA FORMAL DE REPARTIÇÕES BRASILEIRAS EM LUANDA. VEJAMOS AGORA A PRESENÇA ECONÔMICA DO BRASIL EM ANGOLA (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 out. 1975, *apud* SANTOS, 2015, p. 312, destaques do original).

Além das questões históricas expostas pelo representante brasileiro, outro ponto importante para o Brasil reconhecer de imediato a independência de Angola está ligado a interesses comerciais, que vimos com constância no desenvolvimento da pesquisa. Segundo Melo:

h) Promoção comercial não existia, a bem dizer. Nem poderia existir, nas condições coloniais, quando Portugal impunha um emaranhado de obstáculos a qualquer importação que não viesse de Lisboa. As exportações do Brasil para Angola nunca subiram a mais de 0,2% das importações deste país. As tarifas alfandegárias, desde que existisse similar português, eram absolutamente impeditivas. E quando não bastavam as tarifas, ou quando não havia similar português para certo produto, imperavam restrições quantitativas (*plafonds*). No consulado trabalhava um contador português que se encarregava da “promoção comercial” por duas horas diárias e cuja principal virtude era a franqueza: reconhecia que ante os impedimentos existentes, que julgava “inamovíveis”, qualquer esforço maior para introduzir aqui produtos brasileiros seria absolutamente fútil. Despedi-o.

i) COM A SAÍDA DO GOVERNO PORTUGUÊS, COM A ASSUNÇÃO DE UM GOVERNO QUALQUER INDEPENDENTE EM ANGOLA VAMOS AGORA TER UMA FASE EM QUE SE DERRUIRÃO AS BARREIRAS ALFANDEGÁRIAS, OS *PLAFONDS*, TODOS OS IMPEDIMENTOS QUE O COLONIALISMO INSTITUIU; OS GOVERNOS QUE AQUI FICAREM, SEJA COM EMBAIXADAS ABERTAS, SEJA COM INTERESSES ECONÔMICOS PODEROSOS, PODERÃO COMEÇAR A COMPETIR EM ANGOLA, EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES, COM A EX-POTÊNCIA COLONIAL. MAS, POR OUTRO LADO, OS AUSENTES, OS QUE NÃO TIVEREM RELAÇÕES POLÍTICAS NEM INTERESSES ECONÔMICOS

AQUI ESTABELECIDOS ESTÃO DE FATO COMPLETAMENTE ALHEIOS A ESTE PAÍS NESTA FASE INICIAL DECISIVA, DURANTE A QUAL SE DEFINIRÃO OS PADRÕES FUTUROS DE INTERCÂMBIO. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 out. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 313, destaques do original)

As tarifas alfandegárias citadas por Ovídio Melo impediam qualquer processo de comércio durante o governo lusitano em Angola. Melo chamava a atenção do governo brasileiro para dizer que o momento era aquele e, caso o Brasil se negasse a fazê-lo, estaria abrindo mão de estar presente no processo de intercâmbio e poder doravante competir com os outros mercados vigentes em Angola. A respeito das empresas brasileiras, que mesmo antes da independência de Angola já atuavam em solo angolano, Ovídio Melo discorre:

j) Quanto aos interesses econômicos que aqui temos, não se prestam para estes fins de garantir uma presença brasileira. São a Varig e o Jumbo. Examinemos cada um deles. A Varig tem aqui apenas um escritório, chefiado por um funcionário português que não tem sequer ligações com a Diretoria da Companhia, senão com o escritório em Lisboa. É um simples preposto de Lisboa. E o acordo da Varig com a TAP, que lhe permite apenas uma “descida técnica” em Luanda, é parte do *pool* existente com Portugal. Isto é, 50% do valor das passagens era até bem pouco pago à TAP em Lisboa. Com a independência, com a criação de uma companhia de aviação angolana, a TAAG, ainda muito incipiente e sob dependência da TAP, o normal seria que esses 50% passassem a ser pagos à nova companhia. A Varig reluta em fazê-lo. Parece que a Varig agora não está pagando nem à TAP, nem à TAAG por estes acordos de *pool*. Mas terá de examinar o assunto, com vistas a uma negociação com a TAAG, caso queiramos ter bons e duráveis transportes entre Angola e o Brasil. Assim também, após a independência, não é mais concebível que o escritório da companhia aqui continue entregue a um português, preposto de Lisboa, cidadão honesto e operoso, mas cujo lusitanismo, cujas tendências políticas ultradireitistas o tornarão incompatível aqui. Assim também vem aqui via África do Sul. Se não for modificada a rota, se não for criada uma linha direta a Angola, teremos nisso problemas agudos, principalmente agora que a África do Sul vai dando apoio à intervenção neste país. Isto é: a continuar assim em Angola, a Varig em nada poderá representar interesses brasileiros aqui. Antes precisará de muita proteção da Embaixada que aqui se estabeleça, para que esta linha não se perca.

k) Quanto ao supermercado Jumbo-Pão de Açúcar, só é brasileiro na referência à montanha, ou quando pensa estar ameaçado de nacionalização aqui e recorre então ao Itamaraty em busca de proteção. Existe no Jumbo ínfima proporção de capital brasileiro, de um comendador Diniz, luso-brasileiro de São Paulo. No mais, todos os diretores são portugueses, os gerais locais são lusos, as mercadorias que o supermercado importa vêm de Lisboa. Com o Jumbo, pois, não poderíamos contar para manter nossa presença aqui, caso não tenhamos relações normais com Angola. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 out. 1975, *apud* SANTOS, 2015, p. 314)

Desde início do documento, Ovídio chamava a atenção do estado brasileiro para o contato incipiente que até então estabelecia com Angola. Ao mencionar a empresa Jumbo, que tinha como um dos seus proprietários o empresário brasileiro Abílio Diniz, detentor da marca Pão de Açúcar, o representante brasileiro deixava evidente seu receio sobre as intenções desta empresa brasileira em Angola. A questão da parte societária de empresário brasileiro na empresa Jumbo apresentava controvérsias nos documentos enviados ao Brasil por Ovídio Melo. Em um primeiro momento, membros do grupo Jumbo lhe informaram que a participação societária brasileira é pequena, depois, o próprio representante brasileiro questionou esta informação e conseguiu, a partir de outras fontes, mostrar que a participação de brasileiros na empresa era maior do que informada em seus contratos.

Nesse memorando, Ovídio Melo discorreu sobre o senhor Diniz não como empresário brasileiro, mas como luso-brasileiro, e expôs sua condição de comendador português¹³. Melo ainda afirmou que os produtos comercializados pela empresa Jumbo eram, em sua maioria, de procedência portuguesa. Fato que ficava marcado também com a Varig, ao se detalhar como a empresa funcionava em território angolano, em que o representante era português, de uma filial de Lisboa, e que não tinha muito contato com a matriz brasileira, bem como era a parceria com a TAP. Por fim, Ovídio Melo fez a seguinte consideração sobre a importância de o Brasil reconhecer o estado angolano independentemente do partido ou movimento que estivesse no poder:

8. Visto assim que nada teríamos para substituir relações diplomáticas, neste primeiro contato que vamos tendo com Angola, com a verdadeira Angola, depois de um afastamento que dura desde o século XVII, parece-me necessário salientar que em nossa ausência daqui, caso não reconheçamos qualquer governo que em Luanda se instaure, até as grandes afinidades culturais que temos com este país hão de esmaecer. Os livros brasileiros entram em Angola por intermédio de uma firma portuguesa. Entram em pequena quantidade, pois estão sujeitos a *plafond*, em clara violação do acordo cultural que temos com Portugal. Ainda que com a independência esse *plafond* não subsista. Serão os mesmos portugueses do Centro Brasileiro do Livro que continuarão a selecionar os livros brasileiros que os angolanos devam ler. Adotarão, certamente, critérios que mais se coadunam com os interesses de Portugal do que com os interesses, com a realidade brasileira. A música é outro exemplo. É inegável que a música brasileira, por seus parentescos africanos, é apreciada aqui. Mas da mesma forma o é a música do Caribe, principalmente a de Cuba. E o som angolano típico tende mais para o merengue do que para o samba. Se estivemos ausentes de Angola, se não cuidarmos de inocular a música angolana com nossa música, essa tendência, inclusive por motivos políticos, deve acentuar-se. E se isso ocorrer, se ficarmos

¹³ Vale registrarmos que até hoje, no Clube Português, localizado no Bairro de Perdizes, em São Paulo, há o encontro de vários portugueses e descendentes de portugueses, que carregam o título de comendador.

alheios e distantes, até os laços culturais, as afinidades naturais e espontâneas que temos com este povo, não de desaparecer. Estaremos, assim, involuntariamente, cegamente, fazendo o jogo que Portugal sempre quis. Estaremos também deixando o campo livre para todas as forças de predação que já estão presentes disputando a Portugal a carniça do colonialismo. Para nós, que estamos ausentes desde o século XVII, que só tivemos verdadeiro e direto contato com esta nação nesses seis meses passados, Angola novamente voltará a ser uma mera referência ocasional nas canções da Bahia. O país mesmo, rico e pujante, continuará a ser para nós distante e misterioso, como se estivesse nos antípodas, ou no lado oculto da Lua.

9. É por tudo isso que recomendo o imediato reconhecimento imediato (*sic!*) do governo que se constitua em Luanda no dia 11 de novembro. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 out. 1975 *apud* SANTOS, 2015, pp. 315-6)

Os argumentos surtiram efeito desejado, o que levou ao fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola (SANTOS, 2010). Santana ressalta que Angola havia obtido sua independência havia pouco tempo e o fato de o Brasil ter apoiado a sua emancipação facilitou sua entrada no mercado angolano. Mesmo numa conjuntura de guerra fria, em que os Estados Unidos apoiavam os insurgentes da Unita, o Brasil não se intimidou. Em entrevista a Santana, Luís Almeida registra que:

O governo brasileiro demonstrava uma política de longo prazo em relação a Angola e isso se refletiu na nossa relação com os angolanos em geral. Aí o governo brasileiro foi fundamental com sua postura de favorecer Angola na ONU, numa época em que os americanos eram incondicionalmente pró-Savimbi. (*Apud* SANTANA, 2004, p. 113)

Na conjuntura pós-libertação, importa salientar que o governo brasileiro, por conta dos problemas econômicos enfrentados em meados da década de 1970 e na seguinte, não tinha outro caminho além da exportação para mercados pouco explorados, como o do continente africano, inclusive com mercadorias que eram até então pouco exportadas, como manufatura e serviços. Angola era um mercado propício para venda desses produtos, todavia um país recém-independente vivendo uma guerra civil entre os dois principais movimentos, Unita e MPLA. O que faz indagarmos: como o governo angolano poderia financiar a reconstrução de uma nação destroçada pela guerra?

Para entender a dinâmica econômica entre Brasil e Angola, é essencial conhecermos as considerações de um dos representantes da Odebrecht, Roberto Dias:

tínhamos de compatibilizar, num verdadeiro trabalho político-diplomático, os interesses do sócio e do governo soviético, os do governo brasileiro e os do país cliente (Angola). Tudo isso exigindo deslocamento entre três continentes e a convivência entre três culturas diferentes” (...). Essas negociações resultaram na criação de mecanismos especialmente montados para

viabilização da obra, em que a parte soviética se responsabilizava pelo financiamento, projeto e montagem eletromecânica da usina. Ao Brasil caberia a execução das obras de engenharia, o financiamento e o provimento dos bens e serviços associados à construção. A partir de financiamento concedido pelo Banco do Brasil, firmou-se um contrato de longo prazo com o governo angolano, pelo qual este assumia o compromisso de entregar à Petrobrás o valor em petróleo correspondente aos serviços executados. Essa operação de *countertrade* foi um dos mecanismos especiais utilizados para viabilizar financeiramente o empreendimento e assegurar a realização da obra, que se apresentava vantajosa para o governo brasileiro. (SANTANA, 2004, p. 115)

Dessa maneira, o Brasil pôde importar petróleo a preço em cruzeiro, a moeda em circulação à época no Brasil, num período de crise no setor, e ao mesmo tempo Angola resolvia seu problema de liquidez. Todavia, outras indagações podem ser levantadas, pois um país em guerra geralmente sofre boicotes nas construções de infraestrutura, a fim de enfraquecer o grupo que está no poder. Esse fato faz com que empresas, principalmente estrangeiras, com exceção da indústria bélica, não invistam em um país nessa situação. Dessa maneira, como a Odebrecht, por exemplo, investiu em Angola? A esse respeito, Luís Almeida faz a seguinte consideração:

Criou-se um espaço protegido para nós podermos trabalhar, com patrulhas que viajavam com os caminhões, motoristas angolanos treinados pelos militares dirigindo os veículos e outras coisas desse tipo. Mas, para que isso ocorresse, em várias situações buscamos demonstrar que nós não estávamos lá simplesmente como estrangeiros que exigiam: Faz uma parede aí em volta da obra, que eu entro, uma parede e um teto em cima pra que não se possa jogar bomba, vir soldado, avião ou artilharia, e só assim nós vamos trabalhar. Não era essa a nossa equação de riscos, nem era com empresa de seguros, porque, se nós fôssemos fazer a cobertura de riscos políticos, riscos de guerra, com uma empresa de seguros, o projeto ficaria exorbitante e inviável para os angolanos. Procuramos encontrar os meios de fazer as coisas funcionarem, mesmo correndo os riscos, e isso foi importante para eles: que a todo momento nós estivéssemos dispostos a buscar uma solução não convencional para viabilizar o projeto, buscando o apoio onde fosse necessário, seja no governo angolano, no governo brasileiro ou no soviético. (*Apud* SANTANA, 2004, p. 117)

No processo de construção de Angola, agora como país, a participação brasileira foi extremamente importante. Pelos motivos apontados no texto, verificamos que houve ajuda mútua, pois o estado angolano necessitava de infraestrutura, uma vez que o abandono dos colonizadores portugueses deixou o país destruído, seguido pela guerra de independência e logo depois pela guerra civil, que oneraram ainda mais o estado angolano. Dessa maneira, o investimento brasileiro, bem como o apoio técnico, contribuiu para a reconstrução; por outro lado, o pagamento em petróleo fez que a crise do preço do petróleo fosse amortizada no Brasil.

Considerações finais

Com podemos observar, a influência da Revolução Russa se materializou no processo de libertação de Angola. Essa influência se mostrou diretamente no apoio da União Soviética e de Cuba ao MPLA, movimento que está no poder estatal angolano até os dias atuais. Em face disso, podemos analisar dois elementos cruciais: primeiro, no contexto do neocolonialismo, a única perspectiva que permitia o vislumbre de superação da condição de colônia se situava no bojo do marxismo, a partir das materializações do socialismo real até então empreendido; segundo, o fato de a Revolução dos Cravos já ter apontado que a libertação das colônias ultramarinas era só uma questão de tempo facultou a ascensão de lutas internas que se dão muito mais por poder interno com o estabelecimento de apoio externo.

Em relação ao primeiro ponto, não são precisas muitas reflexões. Já, no que concerne ao segundo, avaliamos que, ainda conduzidos pela ideologia contrarrevolucionária, os Estados Unidos perceberam que o fim do colonialismo já era certo, portanto, em contraposição à União Soviética e a Cuba apoiando o MPLA, optou por apoiar os movimentos opostos, Unita e FNLA. Vemos, assim, que a reprodução da guerra fria no processo de independência de Angola se mostrava muito mais como uma disputa externa que interna. Explicamos melhor: o que vemos é que a disputa capitalismo *versus* socialismo não era prioritária internamente. A prioridade interna foi, em primeiro momento, o fim do colonialismo e, em segundo momento, a disputa de poder interno, ou seja, a decisão de qual grupo assumiria o poder para constituir o estado angolano. É certo que, dentro de uma relação dialética, a bipolaridade da guerra fria disputada externamente poderia pender internamente para um lado ou outro.

Ao analisar a conjuntura interna angolana, somada a uma análise conjuntural internacional que demonstrava a crise do poder hegemônico dos próprios Estados Unidos, em que a bipolaridade da guerra fria já anunciava fragilidades, o governo brasileiro optou por observar de perto os conflitos angolanos e colocar-se em uma posição “neutra”. Em nossa avaliação, portanto, para o Brasil do governo Geisel, interessava mais participar do processo como apoiador da liberdade de Angola, aberto a qualquer grupo que pudesse vir ao poder, que intervir ideologicamente em nome da coesão ideológica que o Brasil vinha até então defendendo.

Esta análise nos permite reforçar ainda mais o que vem a ser o conceito de ideologia construído pelo materialismo histórico e dialético, pois a ideologia burguesa existe para manter a ordem do capital. Portanto, um recuo ideológico em nome da manutenção do próprio modo de produção foi o encaminhamento dado pelo governo brasileiro. A percepção de que o Brasil poderia ser visto como uma “potência mediana”, que poderia estreitar laços com Angola, foi, portanto, o principal determinante. Ou seja, a decisão diplomática brasileira foi “acertada” no que condizia às perspectivas de assumir o lugar de Portugal no estabelecimento de relações econômicas e comerciais com Angola.

O estreitamento das relações econômicas, comerciais e políticas entre Angola e Brasil se estende até os dias atuais. Entretanto, é essencial

considerarmos a constituição do estado angolano ainda em curso. Portanto, defendemos a ideia de que essas relações devem se estabelecer na esfera da solidariedade internacional, não apenas em uma perspectiva exploratória, de resignificação do colonialismo. O reconhecimento do protagonismo da classe trabalhadora angolana, historicamente subjugada e submetida a processos de opressão, exploração, violência, negação dos direitos humanos, dentre outras, é essencial ao olharmos a história passada e a realidade presente. A constituição de uma Angola livre só será realidade de fato ao considerar-se o protagonismo coletivo da população.

Referências bibliográficas

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, n. 4, v. 2, pp. 831-56, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>, acessado em 10 dez. 2016.

FONSECA Jr., Gelson. “Mundos diversos, argumentos afins: aspectos doutrinários da Política Externa Independente e do Pragmatismo Responsável”. In: *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, pp. 293-352.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÊNIN, V. I. *Oeuvres* t. 23, pp. 259-277. Moscou: Éditions du Progrès, 1974. Trad. José André Lôpez Gonçâlez. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/01/22.htm>>, acessado em 10 dez. 2016.

LIMA, Maria Regina; MOURA, Gerson. A trajetória do Pragmatismo – uma análise da Política Externa Brasileira. *Dados*, n. 3, v. 25, 1982.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Do século XIX aos nossos dias t. II. Trad. Manuel Resende. Lisboa: Colibri, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos: José Arthur Giannotti. Trad. José Carlos Bruni. 4. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Col. Os Pensadores.)

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* (Feuerbach). 10. ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1996.

MILHAZES, José. *Angola: o princípio do fim da União Soviética*. 2. Ed. Lisboa: Nova Vega, 2009.

PINHEIRO, Leticia. “Ao vencedor, as batatas”: o reconhecimento da independência de Angola. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, pp. 83-120, jan./jun. 2007.

RAMONET, Ignacio (Org.). *Cien horas con Fidel*. Havana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2006.

SÁ, Tiago Moreira de. *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola: Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa secreto para Angola*. Alfragide, Portugal: D. Quixote, 2011.

SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970 a 1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004.

SANTOS, José Francisco dos. *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (Mabla) – “Um amplo movimento”*: Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. 2010. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. *Relação Brasil/Angola: a participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do Mabla e outros protagonistas*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

_____. *Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da guerra fria*. 2015. Tese (Doutorado) defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

TWISS, Miranda. *Os mais perversos da história*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

Recebido: 30 de janeiro de 2017

Aprovado: 2 de abril de 2017

Como citar:

SANTOS, José Francisco dos; ROCHA, Andréa Pires. Percepções da Representação brasileira mediante as relações entre Angola/União Soviética: coesão ideológica ou interesses econômicos? *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 208-234, ano XII, nov./2017.